

EIXO TEMÁTICO 6 | EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA NEOLIBERAL FRENTE À CRISE DO CAPITAL NO FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI

COLLEGE EDUCATION IN THE CONTEXT OF NEOLIBERAL ECONOMIC RESTRUCTURING IN THE FACE OF THE CAPITAL CRISIS AT THE END OF THE 20TH AND BEGINNING OF THE 21TH CENTURY

Geraldo do Nascimento Carvalho¹

RESUMO

O texto sintetiza sem alteração de conteúdo e da estrutura a exposição feita no capítulo I – a educação superior no contexto da reestruturação econômica neoliberal frente à crise do capital no final do século XX e início do XXI, da Tese: programas de expansão e reestruturação das universidades federais: uma análise da UFPI no período de 2003 a 2016, UFU/2019. Além de introdução e considerações finais, o texto discorre sobre a natureza da crise do capital monopolista, a reestruturação produtiva neoliberal em geral e no Brasil, bem como seus efeitos sobre o trabalho e, finalmente, a educação superior sob os impactos da reestruturação do Estado e dos serviços, que tem como racionalidade a privatização, isto é, mais mercado e menos Estado, como demonstram os dados da educação superior no período focado.

Palavras-chave: Crise estrutural do capital; reestruturação produtiva; educação superior; privatização.

ABSTRACT

The text summarizes without changing the content and structure the exposition made in chapter I – college education in the context of neoliberal economic restructuring in the face of the capital crisis at the end of the 20th century and beginning of the 21th, of the Thesis: expansion and restructuring programs of federal universities: an analysis of UFPI from 2003 to 2016, UFU/2019. In addition to the introduction and final considerations, the text discusses the nature of the monopoly capital crisis, neoliberal productive restructuring in general and in Brazil, as well as its effects on work and, finally, college education under the impacts of State restructuring. and services,

¹ Professor da UFPI. Doutor em Educação. Email: gncarvalho@ufpi.edu.br

whose rationale is privatization, that is, more market and less State, as shown by data on college education in the period in question.

Keywords: Structural crisis of capital; productive restructuring; college education; privatization.

1 INTRODUÇÃO

No presente texto, abordamos o tema da educação superior no Brasil e suas mutações no contexto da reestruturação econômica de caráter neoliberal no final do século XX e início do XXI. Esse processo de reestruturação atingiu de diferentes maneiras as sociedades, nas dimensões da produção, do trabalho, do Estado e da cultura. No Brasil, os primeiros passos foram dados nos governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), mas a sua intensificação ocorre a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) seguindo orientações do Banco Mundial e de outros organismos similares.

Para fins de estruturação da exposição dividimos o texto em três partes. Na primeira, discutimos a natureza da crise do capital monopolista, a reestruturação produtiva neoliberal e suas consequências, especialmente na esfera do trabalho. Na segunda parte, discutimos neoliberalismo e reestruturação produtiva no Brasil ao longo dos anos de 1990 e começo dos anos 2000. Por último, discutimos o desenvolvimento da educação superior no Brasil e como a reestruturação atinge esse nível de ensino no final do século XX e começo do XXI.

O texto resume o Capítulo I, da tese de doutorado defendida no ano de 2019 no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com o tema Programas de Expansão e Reestruturação das Universidade Federais: uma análise da UFPI no período de 2003 a 2016.

2 AS CRISES NO CAPITALISMO E AS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO NO FINAL DO SÉCULO XX

Na perspectiva do materialismo histórico e dialético, um critério utilizado para análise do desenvolvimento da economia capitalista considera quatro longos períodos desse sistema desde a revolução industrial. O primeiro tem início no fim do século XVIII e se estende até a crise de 1847, considerado o período da revolução industrial. O segundo vai de 1847 até o início da década de 1890, considerado o período da primeira revolução tecnológica. O terceiro compreende a última década do século XIX e se estende até a segunda guerra mundial,

considerado o período da segunda revolução tecnológica. O quarto período inicia nos anos de 1940 e é marcado pela terceira revolução tecnológica (MANDEL, 1985).

De acordo com essa sistematização a cada período longo corresponde uma base tecnológica, que impulsiona a passagem de um período a outro e que eleva a produção de mais-valia a patamares cada vez mais altos durante os ciclos ascendentes de cada período. Seguindo esse entendimento, a transição de uma onda longa crescente a uma onda longa decrescente, entre 1966-1967, esteve ligada à luta em torno da taxa de mais-valia e marca o fim de um ciclo de crescimento econômico (superprodução) e o início de um ciclo de estagnação econômica, isto é, crise, pela incapacidade de o capital seguir se valorizando.

Por esse modelo explicativo, a dinâmica da economia capitalista se desenvolve por ciclos movidos pela concorrência em que cada ciclo caracteriza-se por uma fase de expansão e outra de contração da produção de mercadorias e de mais-valia. De acordo com esse esquema que cobre as fases sucessivas de crescimento acelerado até 1823, de crescimento desacelerado entre 1824/1847, de crescimento acelerado entre 1848/1873, de crescimento desacelerado 1874/1893, de crescimento acelerado entre 1894/1913, de crescimento desacelerado entre 1914/1939, de crescimento acelerado entre 1940/1945 e 1948/1966, quando se inicia nova fase de desaceleração que cobre os anos de 1970/1980, de profunda crise amplamente conhecida da economia capitalista.

Mandel e outros economistas e historiadores defendem a extensão dessa crise aberta no final dos anos de 1960 aos anos 1980/1990. Outros autores dessa tradição defendem a tese de que ainda na década de 1980 se inicia uma nova fase de crescimento que se estende até os primeiros anos do século XXI, inaugurada pela etapa da globalização neoliberal. Por esse raciocínio, a onda longa de desaceleração desse quinto período teria iniciado com a crise de 2007/2008, ainda em vigor (ALMEIDA NETO, 2009).

O fato é que vivemos uma crise de grandes proporções entre o final dos anos de 1960 e metade dos anos de 1980 e que estamos na vigência de outra crise de grandes proporções, acentuada a partir dos anos de 2007/2008. Em resposta à primeira crise, desencadeia-se um movimento envolvendo transformações econômicas e técnicas consubstanciadas nas chamadas políticas neoliberais de caráter globalizante. Segundo Antunes (2011) e Mészáros (2011) a última crise global do sistema capitalista do século passado, evidenciava a falência simultânea dos dois principais sistemas estatais de controle e regulação do capital do século XX: o Keynesiano, associado ao welfare state e o “tipo soviético” vigente na antiga URSS e

alinhados.

Ao comentar a crise de 2008-2009, Mészáros (2011) diz tratar-se da mesma crise estrutural do final dos anos de 1960 e início de 1970, com a diferença substancial de que a mais recente, além da dimensão global, tem efeitos fortemente destrutivos do ponto de vista social e natural. Daí seu prognóstico de que a saída não pode ser do tipo neokeynesiana ou *à lá* Breton Woods, dada a natureza estruturalmente mais destrutiva do capitalismo atual. Trata-se de uma crise, segundo ele, mais “grave” e mais “severa” do que a crise de 1929-1933, visto seu caráter verdadeiramente global, pela primeira vez na história.

Além de reafirmar o caráter estrutural da crise aberta na primeira década do século XXI, Mészáros, refuta como iníqua qualquer saída pelas mãos do Estado capitalista, ainda mais considerando o poderio e a disposição da maior potência imperialista, os Estados Unidos, individualmente superior, do ponto de vista do arsenal bélico, aos demais imperialismos juntos. Refuta igualmente as já derrotadas alternativas keynesianas ou neokeynesianas, inclusive de esquerda, e suas políticas sociais-distributivas, que, segundo ele, ao longo de sua vigência no pós-guerra distribuiu mais desigualdade do que igualdade entre ricos e pobres, especialmente na fase da globalização neoliberal.

A reestruturação da economia capitalista a partir da crise do final dos anos de 1960 por meio das chamadas políticas neoliberais de caráter globalizante, provoca profundas transformações no trabalho, na produção, no Estado e na educação. No que se refere ao trabalho, atinge não apenas o trabalho contratado e regulamentado, herança do período taylorista e fordista e as duras conquistas da luta da classe trabalhadora ao longo do século XX, mas o trabalho em sua totalidade.

Como disse Antunes (2011), a totalidade do trabalho está sendo afetada, no sentido de uma “precarização estrutural da força de trabalho em escala global” (p. 13), mas é especialmente o trabalho relativamente contratado e regulamentado “que está sendo substituído” por diferentes formas de “superexploração e autoexploração” (ANTUNES, 2011, p. 13), evidências encontradas no âmbito do REUNI-UFPI, tanto no sentido das novas formas de exploração do trabalho docente, identificadas na política de desestruturação da carreira, quanto no tipo de educação destinada à formação do novo perfil da força de trabalho exigida pelo mercado.

Nos anos de 1970, na América Latina, no contexto da crise econômica mundial de que falam Mészáros e Antunes, estabeleceram-se vários governos militares ditatoriais apoiados

pelos Estados Unidos. Esses governos em geral se caracterizaram pelas políticas privatistas voltadas para a expansão capitalista monopolista, principalmente a estadunidense. Porém, Chile e Argentina, segundo Antunes, foram “antecipadamente neoliberais em suas políticas econômicas (ANTUNES, 2011, p. 38). Assim, nascem o neoliberalismo e a reestruturação na região, que pouco a pouco vão se espalhando por todo o continente latino-americano ao longo dos anos de 1980, 1990 e os primeiros anos do século XXI.

A partir de então, presencia-se uma redefinição da divisão internacional do trabalho, o fortalecimento do capital financeiro no domínio econômico, a redução do parque produtivo industrial nos países eternamente ditos em desenvolvimento e um ofensivo programa de privatização do setor produtivo estatal, acarretando maior subordinação do continente aos interesses dos países imperialistas, especialmente dos Estados Unidos. Antunes (2011) caracterizou o cenário decorrente daí nos seguintes termos: “privatização, desregulamentação, fluxo livre de capitais, financeirização, terceirização e precarização do trabalho, desemprego estrutural, trabalho temporário, parcial e aumento da miserabilidade” (p. 39).

A desregulamentação, pressupondo novas formas de gestão dos processos produtivos, mediante a flexibilização do trabalho e do tempo de trabalho, foi amplamente implementada com base na acumulação flexível e no modelo toyotista. O novo paradigma ou regime de acumulação flexível, segundo Sadi Dal Rosso (2017), “compreenderia um complexo de fatores que vai da produção ao mercado e à cultura, da indústria às finanças, do espaço nacional à globalização” (p. 45). No que diz respeito aos tempos de trabalho, a flexibilidade é implementada por “decisões arbitrárias dos empregadores, em geral com suporte dos governos nacionais e de organismos internacionais” (p. 45). De forma que, a flexibilidade hoje é sinônimo de trabalho de tempo parcial, temporário, intermitente e muitas outras formas, geralmente associadas à superexploração e precarização.

Ricardo Antunes (2011) confere à década de 1980, especialmente na segunda metade, a emergência dos primeiros impulsos da reestruturação produtiva e de novos padrões organizacionais e tecnológicos, bem como novas formas de organização do trabalho. Começa aqui a adoção da “informatização produtiva,” do “sistema just-in-time,” os programas de “qualidade total,” a “microeletrônica,” os métodos “participativos,” visando a “adesão e a sujeição dos trabalhadores aos planos das empresas” (ANTUNES, 2011, p. 120-121).

A reestruturação neoliberal no Brasil começa, ainda tímida, no governo de Fernando Collor (1990-1992), segue com Itamar Franco (1992-1994), mas ganha força e se generaliza nos

governos de Fernando H. Cardoso (1995-2002). O sentido da reestrutururação materializa-se no desmonte da estrutura econômica herdada do período anterior, baseada no capital nacional, capital estrangeiro e setor produtivo estatal. Sob esse governo, o país assistiu, não sem resistência por parte da classe trabalhadora, significativa redução do setor produtivo, em parte pela intensa onda de privatizações dos setores de siderurgia, telecomunicações, energia elétrica, bancos estaduais, regionais, mas também pela desnacionalização da economia.

Essas transformações alteraram profundamente o universo do trabalho, bem como a organização sindical e política da classe trabalhadora. O movimento internacional da desregulamentação, da flexibilização, da privatização e da desindustrialização cresce e se efetiva no Brasil. Há uma retração da força de trabalho industrial e amplia-se a tendência à *proletarização*, por meio da subproletarização, da terceirização e do subemprego (ANTUNES, 2011).

A chegada da Frente Popular ao governo federal em 2003, por meio da Coligação Lula Presidente, aglutinando a quase totalidade do que se considera a esquerda do país, dos movimentos sociais, além de setores nacionalistas do empresariado, no que pese a expectativa política gerada no seio da imensa maioria do povo, não cessou o avanço das políticas implementadas no país no período anterior, ao contrário, dava sinais de “continuidade ao neoliberalismo” (ANTUNES, 2011, p. 43). Nesse sentido, uma de suas principais medidas no primeiro ano de governo foi a reestruturação da previdência pública e sua consequente “privatização por meio da criação de fundos privados de pensão junto aos servidores públicos” (ANTUNES, 2011, p. 43), medida que, segundo o autor, teria colocado o chamado “novo sindicalismo” na defensiva, a rota do sindicalismo social democrata europeu pós-segunda guerra (ANTUNES, 2011, p. 43).

3 NEOLIBERALISMO E REESTRUTURAÇÃO DO ESTADO NO BRASIL NA ÚLTIMA DÉCADA DO SÉCULO XX

A literatura registra o nascimento do neoliberalismo em 1944, como inspiração de Friedrich Hayek, expresso em seu livro *O caminho da servidão*. Nessa obra, o autor desfere duras críticas ao fascismo, ao socialismo e ao welfare state. Para o autor, segundo sua apologia de primazia ao indivíduo sobre o coletivo, o “socialismo, o estatismo e o planejamento centralizado, constituem o verdadeiro ‘caminho da servidão’ [...],” conforme pontua Lucena

(2004, p. 118). O que de fato pretendia Hayek, segundo Lucena, era estabelecer “uma série de formulações de como deve ser a relação entre o mercado e o Estado,” cabendo ao último, “proteger a livre concorrência, administrar a justiça e realizar o que a iniciativa privada não pode fazer” (LUCENA, 2004, p. 119).

A cruzada neoliberal para superação da crise e implementação da ordem neoliberal teve início ainda nos anos de 1970, por meio da ditadura Pinochet (1973), no Chile, tido como o primeiro laboratório dessas políticas. Depois é implantado simultaneamente na Inglaterra, sob o governo de Margaret Thatcher e nos Estados Unidos, com Ronald Reagan, final dos anos 1970 e começo dos anos 1980. Em meados dos anos 1980, ele ganha força na América Latina, México, Argentina, Colômbia e Venezuela.

Buscava-se assim a integração das colônias e semicolônias à economia mundial, enfatizando o papel do mercado na alocação de recursos e a diminuição do papel do Estado na economia, com a privatização das empresas estatais, mas também em relação às políticas e os serviços públicos. Nas recomendações dos organismos multilaterais, falava-se de ajuste fiscal, privatização, liberação de preços, desregulamentação do setor financeiro, liberação comercial, estímulo ao investimento estrangeiro, reforma do sistema de previdência e seguridade social e reforma trabalhista.

Kátia Lima (2007), apoiada em Antunes (2004), divide em três fases a implementação do projeto neoliberal no Brasil. A primeira, de Collor à Itamar, a segunda, abrange os dois mandatos de FHC, consideradas a fase clássica do neoliberalismo. A terceira fase, “caracterizada por traços de descontinuidade em relação à fase clássica do neoliberalismo,” compreende aos dois primeiros anos do governo Lula (LIMA, 2007, p. 78). De nossa parte, estendemos esta terceira fase até o presente momento.

Fernando Collor de Mello e Itamar Franco foram eleitos presidente e vice no pleito eleitoral de 1989 e assumiram o governo em 1990, inaugurando a primeira fase das políticas neoliberais no país, com o Projeto Brasil Novo, o Projeto de Reconstrução Nacional e os Planos Collor I e II, inspirados no Consenso de Washington. As ações políticas vão desde a liberalização do comércio à privatização do setor siderúrgico (Usiminas, Siderúrgica de Tubarão, Aços Piratini e Mafersa), marchando a passos largos para a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (LIMA, 2007, p. 89).

Segundo Lima, esse período é marcado também pela redução da capacidade de resistência e enfrentamentos da classe trabalhadora a essas políticas, por fatores diversos,

externos e internos. No plano externo, tem-se uma sistemática repressão às lutas de resistência, característica dos governos neoliberais em todo o mundo. No plano interno, a principal direção da classe trabalhadora brasileira, a Central Única dos Trabalhadores – CUT, passa a adotar a linha do sindicalismo propositivo, que teria instaurado “uma política hesitante e contraditória que levava à conciliação com o neoliberalismo (BOITO JÚNIOR, 1999 apud LIMA, 2007, p. 89).

Em meio a diversos escândalos de corrupção e o consequente impeachment de Collor e Mello, Itamar Franco, seu vice, assume o comando do projeto de modernização neoliberal iniciado por Collor e, apesar da aparência reformista a ele conferido, o processo de desindustrialização e desnacionalização foi aprofundado. A lista das privatizações incluía a Companhia Vale do Rio Doce, a Petrobrás e suas subsidiárias, a Telebrás e suas subsidiárias, e a participação do capital estrangeiro nas privatizações foi ampliada de 40% para 100%. A repressão aos movimentos sociais seguiu firme, sobretudo ao MST, o mais ofensivo e radical do período (LIMA, 2007).

A edição do Plano Real, em 1994, sob o comando do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, prometendo estabilidade econômica e queda da inflação, garantiu a sua eleição para presidente do país nas eleições daquele ano, em aliança entre PSDB e o então PFL. Garantiu também a continuidade do projeto neoliberal em sua segunda fase, durante seus dois mandatos (1995 a 2002).

É extensa a lista das estatais brasileiras privatizadas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso: Companhia Siderúrgica Nacional - CSN; Empresa Brasileira de Aeronáutica – EMBRAER; Companhia Vale do Rio Doce – CVRD; Telecomunicações e Setor Elétrico; apenas para citar algumas das principais. Todas elas, depois de privatizadas, passaram por processos de reestruturação produtiva, que lançaram milhares de trabalhadores na lista de desempregados e submeteram outros milhares às novas condições de exploração caracterizadas como superexploração. Seguiu assim, o “eixo articulador” das políticas neoliberais em curso, isto é a “reconfiguração das relações entre capital e trabalho, com o fim único de tornar possíveis novas e permanentes condições de acumulação capitalista” (LIMA, 2007, p. 95).

Podemos ilustrar essa situação descrita por Lima (2007) com o exemplo da EMBRAER, pós-privatização. De acordo com seu balanço de 2007 todo trabalhador rendeu para a empresa US\$ 237 mil dólares. Significa que, naquele ano, com 2,5 dias de trabalho, ele paga o seu salário

mensal, que o funcionário da Embraer trabalha 20 dias de graça para os donos da empresa, que trabalha 1 mês para gerar seu salário (e descansa um mês de férias) e todo o restante, 10 meses por ano, trabalha de graça para os banqueiros de Nova York, os principais acionistas da Embraer hoje (GODEIRO, 2016, p, 48).

Um segundo exemplo da reestruturação do Estado brasileiro em direção ao estabelecimento de um novo padrão de acumulação ocorreu no sistema previdenciário. Por meio da Emenda Constitucional nº 20/1998, o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) aumentou a idade mínima para a aposentadoria dos trabalhadores do setor privado e deu início ao ciclo de reestruturação na previdência social brasileira. As principais medidas foram a substituição da aposentadoria por tempo de serviço pela aposentadoria por tempo de contribuição ao INSS: 35 anos para os homens e 30 anos para as mulheres e a instituição de limite de idade para aposentadoria integral de servidores públicos – 53 anos para homens e 48 anos para mulheres. Além disso, aumentou a idade mínima para a aposentadoria dos trabalhadores do setor privado, 60 anos para homens e 55 anos para mulheres.

Na sequência dessa reforma, o governo fez aprovar, em 1999, o chamado Fator Previdenciário, para dificultar o acesso à aposentadoria, na medida em que condicionou o valor da aposentadoria a fatores como idade, tempo de contribuição e a expectativa de vida do trabalhador, fórmula usada para reduzir o valor do benefício do trabalhador e, assim, dificultar a aposentadoria.

O Presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), por meio da Emenda Constitucional nº 41/2003, além de instituir o teto único para as aposentadorias no setor público e privado, desvinculou os valores das aposentadorias recebidos pelos aposentados dos salários recebidos pelos trabalhadores da ativa, além de fixar o percentual de 11% de contribuição previdenciária dos servidores já aposentados e instituir o teto do INSS para servidores federais e estaduais. Com isso, Lula acabou com a aposentadoria integral no serviço público e criou a previdência privada dos servidores (FUNPRESP).

O governo de Dilma Roussef (2011-2014 e 2015-2016) dificultou o acesso à pensão por morte, reduziu seu valor e instituiu a Regra 85/95. A Medida Provisória 664/2014, de 30 de dezembro, altera a Lei nº 8.213/91 e foi convertida na Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015. A principal mudança dessa Medida Provisória (MP) foi a instituição da carência de 24 meses (dois anos) para que o dependente do segurado tenha direito à pensão por morte.

A Medida Provisória nº 676/2015, de 17 de junho de 2015 e convertida na Lei nº 13.183,

de 04 de novembro de 2015, além de outras alterações, acrescentou o Artigo 29-C, na lei nº 8.213/91, criando uma regra alternativa ao fator previdenciário, denominada de regra progressiva 85/95 para as aposentadorias por tempo de contribuição: 85 anos (mulher) e 95 anos (homem). Bom destacar que essa regra não acaba com o Fator Previdenciário, concorre paralelamente, podendo o trabalhador optar por uma ou por outra, naquilo que lhe trouxer menos prejuízo.

Nessa perspectiva, Cabral Neto e Castro (2007), ao discutirem as estratégias de expansão da educação brasileira, afirmam que a crescente privatização da educação superior na década de 1990 deve ser entendida no contexto da implantação das ideias neoliberais e da reestruturação do Estado, que impuseram limites às suas funções no campo social, favoreceram a abertura comercial e a privatização de bens e serviços.

4 EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Daniilo Alain Simões Maciel (2014) destaca quatro períodos de crescimento significativo na expansão das Universidades Federais brasileiras. O primeiro período, de 1946 a 1951, portanto, depois da deposição de Getúlio Vargas, no governo de Gaspar Dutra, foram criadas 04 (quatro) universidades federais, contra 02 criadas no período precedente. Naquele momento o país avançava bastante na transição do modelo primário-exportador para o modelo de “substituição de importações”, iniciada no governo anterior e que ganha impulso a partir do chamado “Estado Novo”, instalado em 1937, sob o comando de Vargas.

Nesse período, a expansão da educação superior não se limita às universidades federais. Luiz Antônio Cunha (1983, p. 96) registra 16 universidades em 1954, sendo cinco mantidas pelo setor privado e 11 mantidas pelo poder público (federal e estaduais). Importante não perder de vista que paralelamente ao desenvolvimento do ensino superior universitário, especialmente o público federal, corre em velocidade maior o desenvolvimento do setor privado desse nível de ensino. De 265 instituições de ensino superior em 1933, 64% dos estabelecimentos e 43,79% das matrículas representados pelo setor privado passa-se para 391 instituições em 1945, com o setor privado respondendo por 63,1% dos estabelecimentos e 48% das matrículas.

O segundo período da expansão acontece entre 1956 e 1961, no governo de Juscelino Kubitschek, quando são criadas 11 universidades federais. Nesse período, o processo de

industrialização é acelerado face ao crescente ingresso de capital estrangeiro. O capital monopolista abocanha setores inteiros da economia, fabricação de veículos e material eletroeletrônico, além do que em muitos outros setores as empresas estrangeiras se associam às empresas nacionais. Àquela altura, a burguesia majoritariamente já havia aceitado a condição de subordinação imposta pelo imperialismo norte-americano. Cunha (1983) registra 21 (vinte e uma) universidades criadas entre 1955 e 1964, das quais apenas 05 (cinco) eram privadas (confessionais católicas).

Não encontramos estatísticas quanto ao número de instituições de educação superior privadas relativas a esse período, no entanto, Helena Sampaio (2000) afirma que ele continuou se desenvolvendo. A autora registra, entretanto, uma redução no número de matrículas de 48% em 1945 para 42,3% em 1955, atribuindo essa redução fundamentalmente a dois fatores, a criação de universidades estaduais e a federalização de instituições de ensino superior (p. 47-48).

No entanto, durante os governos da ditadura civil-militar, o setor das IFES cresceu ainda mais. Nesse terceiro período, foram criadas 14 (quatorze) instituições, entre 1964 (governo de Castelo Branco) e 1985 (governo de João Batista Figueiredo). Nesse período a industrialização brasileira, apoiada nas multinacionais e na introdução de novas máquinas e tecnologias, muda profundamente o cenário econômico do país. É como disse Carlos Bauer (2012), “a industrialização capitalista se fez de forma subordinada [...], sob a dominação do capital estrangeiro e a imposição aos trabalhadores de toda sorte de agruras e de dificuldades repressivas às suas organizações políticas e sindicais” (p. 24).

A expansão das universidades federais nesse período foi maior que a anterior, mas a expansão no setor privado foi maior ainda. De 463 estabelecimentos de ensino em 1970 (43,4% privados) passa-se para 645 em 1975 (77,3% privados) e 642 em 1980 (75% privados).

Ao analisar dados de matrículas do ensino superior público e privado disponibilizados pelo Ministério da Educação, relativos ao período de 1965 a 2005, Luiz Antônio Cunha (2007) demonstra pelos números, a queda vertiginosa na proporção das matrículas na esfera pública e o conseqüente aumento no setor privado. Enquanto o número de estudantes das instituições públicas foi multiplicado por 13, na esfera privada esse fator foi de 46, entre 1965 a 2005. No início do período o setor público representava 56,3% das matrículas, chegando ao final do período, com 27,3%, apenas.

O quarto período de expansão e reestruturação das universidades federais acontece no século XXI, entre 2003 e 2016, sob os governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, com a criação de 18 (dezoito) universidades federais. Esse período é marcado por um ciclo curto

de crescimento econômico e a emergência de um novo longo declínio da economia mundial. O ciclo curto de crescimento econômico coincide com o primeiro mandato de Lula (2003-2006), período também da fase de expansão da educação superior privada por meio do PROUNI e do FIES, além da expansão-interiorização da educação pública federal através do Programa Expansão das Universidades Federais. A longa curva descendente da economia capitalista inicia no segundo mandato de Lula e se estende para além de 2016, limite temporal deste estudo. Esse período compreende a fase da reestruturação das Universidades Federais por meio do REUNI, 2008-2012 e anos subsequentes.

5 CONCLUSÃO

Considerando o processo de reestruturação produtiva, implementado nas últimas três décadas do século XX de forma global e no Brasil a partir dos anos de 1990, algumas conclusões são inevitáveis. As políticas governamentais sucessivamente aplicadas no Brasil no final do século XX e início do século XXI seguiram a agenda da reestruturação produtiva de caráter neoliberal global. A partir de uma nova base tecnológica a reestruturação atingiu não apenas os processos produtivos e as relações de produção, mas também toda a estrutura estatal e de serviços. A racionalidade do processo é a privatização, isto é, mais mercado e menos Estado, como demonstram os dados da educação superior no período focado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA NETO, Eduardo. Uma onda longa recessiva está apenas começando. In: SAMPAIO, Plínio de Arruda. **Capitalismo em Crise: a natureza dinâmica da crise econômica mundial**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.
- ANTUNES, Ricardo L. C. **O Continente do Labor**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.
- BAUER, Carlos. **A natureza autoritária do estado no Brasil contemporâneo: elementos de história e questionamentos políticos**. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2012.
- CARVALHO, Geraldo do Nascimento. **Programas de expansão e reestruturação das Universidades Federais: uma análise da ufpi no período de 2003 a 2016**. (Tese Doutorado). UFU. 2019.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Crítica: O Ensino Superior na República Populista**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.

CUNHA, Luiz Antônio. O Desenvolvimento Meandroso da Educação Brasileira entre o Estado e o Mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, Vol 28, nº 100, Especial, p. 809-829, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: junho/2019 <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300009>.

GODEIRO, Nazareno. **Neodesenvolvimentismo ou Neocolonialismo**: sobre o mito do Brasil imperialista – São Paulo: Sundermann, 2016.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na Educação Superior**: de FHC a Lula – São Paulo: Xamã, 2007.

LUCENA, Carlos. **Tempos de Destruição**: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil – Campinas/SP: Autores Associados. Uberlândia/MG: EDUFU, 2004.

MACIEL, Danilo A. Simões. **Políticas Públicas e Democratização Educacional**: Acesso e Permanência no Ensino Superior através do Programa Reuni. Dissertação de Mestrado – IHAC/PPGEISU- UFBA, 2014.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. 2ª ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital** – 2ª ed. ver. e ampliada. – São Paulo: Boitempo, 2011.

BRASIL. Decreto nº 6.096/2007, de 24 de abril de 2007. Institui o **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 25 abril. 2017.

ROSSO, Sadi Dal. **O Ardil da flexibilidade**: os trabalhadores e a teoria do valor. São Paulo: Boitempo, 2017.

SAMPAIO, Helena M. S. **O Ensino Superior Privado**. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2000.